

**O DITO E O "NÃO DITO": AS TRAMAS DA MEMÓRIA NO ÚLTIMO
ESCONDERIJO DE OLGA BENÁRIO.**

Liane Campos Bonzoumet

Mestranda em História - UNIRIO

lianehistoria@gmail.com

Resumo: O presente trabalho se concentra nos processos de elaboração da memória e seus reflexos nas práticas discursivas no setor do patrimônio, onde são atribuídos invisibilidade e esquecimento de determinadas pessoas e espaços sociais. O objeto empírico a ser trabalhado se direciona no último esconderijo de Olga Benário, comunista e judia, vítima do governo Vargas e do regime nazista. Pretendo demonstrar fatores que influenciaram na memória do local e como foram utilizados no sentido de elaboração de estratégias e políticas de esquecimento pós-acontecimento, compreendendo o patrimônio como instrumento político e pedagógico que orienta a ligação da sociedade com as instituições de memória e história.

Palavras Chaves: História, Memória, Patrimônio, Olga Benário

É incomum, atualmente, não conhecer a história de Olga Benário Prestes: comunista, judia, mulher do líder comunista Luis Carlos Prestes, entregue a Alemanha nazista pelo governo de Getúlio Vargas. Extraditada ilegalmente, grávida de sete meses, tendo dado à luz dentro de um campo de concentração nazista, assassinada, bem como milhões de judeus, numa câmara de gás. Vítima da violência do Estado brasileiro e alemão.

Entretanto, nem sempre foi assim, sua memória começou a ganhar visibilidade no Brasil com a publicação da biografia, escrita por Fernando Moraes, publicada em 1985, ano em que se encerrava a ditadura militar no Brasil e, conseqüentemente, os meios de censura impostos a imprensa. Nesse contexto, a obra representou um divisor de águas para a construção da memória da personagem, inaugurando um período de grande destaque para diferentes formas de publicização do seu passado. Foram livros, filmes,

peças de teatro, artigos, publicações em diferentes campos políticos e acadêmicos, acompanhando o movimento que colocou a memória no centro do debate nas ciências humanas.

Andreas Huyssen (2004), destaca a emergência da memória e identifica o surgimento de uma cultura e política da memória a partir da queda do muro de Berlim, do fim das ditaduras latino americanas e do fim do “apartheid” na África do Sul. Através da memória do Holocausto, o autor evidencia o poder da cultura de memória e o uso de traumas históricos, considerando que vivemos uma busca desenfreada pela visibilidade em diversos formatos (museus, monumentos, mídias, literatura memorialística etc.) que foram apropriados pela indústria cultural. Huyssen também considera que a ampliação do campo memorial promoveu a eclosão de novos discursos de memória impulsionados pela descolonização e pelos novos movimentos sociais, em busca de histórias alternativas e reparadoras. Para Huyssen, depois da globalização não é possível pensar no Holocausto ou no uso de qualquer trauma histórico sem levar em conta a mercadorização e espetacularização em formatos diversos. Segundo o autor, não há espaço puro fora da cultura de mercadoria e o trauma é tão comercializado quanto o divertimento, sendo o lucro dos comerciantes de memória de massa, fato relevante para explicar a efervescência da memória. No entanto, cabe ressaltar que no caso de Olga Benário, corolário ao contexto político de repressão instaurado no Brasil, sua memória já teve experiências de silenciamento.

Nesse contexto, Ecléa Bosi (2003), ressalta a importância da análise sobre as diferentes construções da memória, ressaltando a importância de interpretar tanto a lembrança quanto o esquecimento. “Esquecimento, omissões, os trechos desfiados de narrativa são exemplos significativos de como se deu a incidência do fato histórico no cotidiano das pessoas. Dos traços que deixou na sensibilidade popular daquela época.” (BOSI, 2003 p.18)

Logo no início da biografia, Fernando Moraes descreveu sua dificuldade de encontrar fontes sobre Olga Benário no Brasil. Segundo o autor, a própria historiografia oficial produzida pelo movimento operário ou historiadores marxistas relegaram a Olga “o papel subalterno de mulher de Prestes – e nada mais do que isto.” (MORAIS, 2004 p. 9). Ademais, cabe ressaltar que mesmo com a efervescência dos estudos da memória e a

consequente inflação patrimonial (Hartog, 2013), aliados aos crescentes processos de automusealizações (Huysen, 2004), além de outras formas de reconhecer um espaço social como um lugar de memória, a última residência de Olga Benário permaneceu sem nenhuma forma de reconhecimento público.

Olga e Prestes foram presos em 05 de março de 1936, numa casa localizada na Rua Honório nº 279 Cachambi, região do Grande Méier na cidade do Rio de Janeiro. Além dos jornais e revistas do período que noticiaram a captura do casal, poucos livros que tratam da memória dos envolvidos citam, a localização do imóvel.

Atualmente, a rua apresenta numeração irregular, não possuindo nenhum imóvel correspondente ao número 279, nesse sentido, quem procura pelo endereço, não encontra nenhuma edificação, fato que promove a ideia de inexistência da casa. Ademais, existe uma ausência de informações e documentos na Região Administrativa do bairro sobre a atual localização do imóvel, fato que demonstra um desinteresse sobre a memória do local. Nesse contexto, a Secretária Municipal de Urbanismo, Infraestrutura e Habitação da cidade do Rio de Janeiro emitiu um documento comprovando que a Rua Honório passou por uma revisão de numeração em 1938, durante a ditadura do Estado Novo, dois anos após a prisão de Olga Benário e Luis Carlos Prestes naquele local. Neste período, também estava em curso uma campanha, liderada por Leocádia Prestes, mãe de Luis Carlos Prestes, pela libertação de Olga e sua filha¹. Hoje o imóvel corresponde ao número 1093 da Rua Honório, fato comprovado através dos livros de registro do 1º SRI – Primeiro Serviço Registral de Imóveis da Cidade do Rio de Janeiro, cartório localizado no bairro do Méier (RJ).

Cabe ressaltar que a alteração numérica, aliada as mudanças estruturais efetuadas ao longo do tempo na parte exterior da casa, corroboraram com a invisibilidade e esquecimento do local, pois mesmo possuindo fontes precisas que tratam sobre o imóvel à época, nenhuma corresponde a situação do espaço atualmente.

¹ A Campanha Prestes foi um movimento para libertação de presos políticos no Brasil que contou com a solidariedade internacional e se estendeu a Olga e sua filha na Alemanha. Segundo Prestes (2015), a campanha acabou ganhando maior repercussão, mobilizando diversos países, quando envolveu a vida de um bebê ameaçado de ser entregue a um orfanato nazista. Ver mais em: PRESTES, Anita. Campanha Prestes para Libertação dos Presos Políticos no Brasil: uma emocionante história de solidariedade internacional. São Paulo: Expressão popular, 2015.

Desse modo, no presente trabalho proponho a análise do silenciamento que envolve a memória de Olga Benário no que tange ao tratamento dado ao seu último esconderijo. Compreendemos que o imóvel enquanto um local de referência evocativa e simbólica da memória da personagem, poderia ser considerado como uma casa histórica².

Nesse local Olga passou com Luis Carlos Prestes seus últimos momentos de vida em liberdade, dali, conheceu a extradição realizada pelo governo Vargas e foi levada para morte num campo de concentração nazista. Sendo assim, o espaço poderia simbolizar momentos marcantes da história da personagem, porém não obteve nenhuma atribuição de valor ou reconhecimento enquanto um lugar de memória.

Michael Pollak (1989) observa que o “não-dito” das lembranças exercem uma função estratégica, ou seja, nem sempre o silêncio e o esquecimento são o efeito de um fenômeno natural, mas formas de negociar com a realidade social. O autor atenta sobre a seletividade da memória e das construções sociais do passado no presente, destacando seu caráter conflitivo na disputa entre grupos sociais, ele ressalta o esquecimento e a compreensão das relações de forças envolvidas nas disputas pela memória. Segundo Pollak, “o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais”. (POLLAK, 1989 p.5)

Nesse sentido, Beatriz Sarlo (2005) ressalta que o campo da memória é um campo de conflitos, tendo os atos de memória papel central na transição democrática em locais acometidos pelos crimes de Estado. Segundo a autora, é possível silenciar o passado, mas tão somente de modo aproximado ou figurativo, pois em condições políticas comuns, o passado sempre chega ao presente.

Ainda no campo da memória, Peter Burke (2006) aborda a complexidade dos seus usos, atento a necessidade de identificar a influência dos grupos sociais envolvidos na

² RIBEIRO (2012), desenvolve uma crítica acerca da terminologia “casa natal”, considerando adequada a utilização nomenclatura “casa histórica”. Segundo o autor, o tombamento desses imóveis está relacionado aos vultos históricos e não apenas as casas onde esses nasceram. Desse modo, “Denomina-se como casas históricas imóveis de remissão evocativa ou simbólica à memória por meio de personalidades ou de fatos da história do País.” (RIBEIRO, 2012 p.223). Ver mais em: RIBEIRO, Marcus. Entre o ser e o coletivo: o tombamento das casas históricas. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, n. 34, p. 223-247, 2012.

representação das memórias coletivas. Ademais, o autor aborda mecanismos de distorção, esquecimento, exclusão, supressão ou repressão nas construções de memórias³.

O autor também ressalta a importância da análise da organização social do esquecer, compreender as regras de exclusão ou repressão e questões que envolvem motivos, interesses e atores que constroem a amnésia social. Nesse sentido, Burke atenta para a censura oficial do passado no que tange a memórias incômodas.

Diante do exposto, ressaltando a ligação intrínseca entre memória e patrimônio, o caso do imóvel apresenta significado relevante para compreensão do patrimônio cultural como espaço de luta material e simbólica entre classes e etnias (Canclini, 1994) que muitas vezes nega a pluralidade e o direito de representação de grupos subalternos.

Nesse sentido, cabe ressaltar que no presente trabalho, compreendemos a figura de Olga Benário num lugar subalternidade. Olga era mulher, comunista e judia, nesse sentido, cabe ressaltar o “não lugar” que essas identidades ocupam na sociedade e seus possíveis silenciamentos no campo do patrimônio.

Canclini observa uma desigualdade estrutural na formação do patrimônio, identificando uma hierarquia nos capitais culturais, que atribui “mais valor” a arte que aos artesanatos, por exemplo. No caso mexicano, o autor destaca que os grupos subalternos têm lugar subordinado e secundário dentro das instituições e dos dispositivos hegemônicos.

Consagram-se como superiores certos bairros, objetos e saberes, porque estes foram gerados pelos grupos dominantes, ou porque tais grupos contam com a informação e formação necessárias para compreendê-los e apreciá-los, ou seja, para controlá-los melhor. (CANCLINI, 1994 p.97)

Para Canclini, o patrimônio está atravessado por três tipos de agente: Estado, setor privado e movimentos sociais. Desse modo, o pensamento de Canclini será utilizado como fio condutor desta análise, destacando-se a ação ou omissão desses grupos no esquecimento do último esconderijo de Olga Benário, a começar, pelo Estado:

Às vezes, o Estado se interessa pelo patrimônio a fim de frear o saque especulativo; noutros casos, porque o alto prestígio dos monumentos é um

³ Segundo Burke, a memória social bem como a individual é seletiva, sendo necessário entender e identificar “os princípios de seleção e observar como eles variam de lugar para lugar, ou de um grupo para o outro, e como mudam com o passar do tempo. As memórias são maleáveis, e é necessário compreender como são concretizadas, e por quem, assim como os limites dessa maleabilidade.” (BURKE, 2006 p.73)

recurso para legitimar e obter consenso; noutros ainda, assinala Carlos Monsiváis, por simples complacência cenográfica. (CANCLINI, 1994 p.102)

Prestes (2017), considera que a extradição de Olga para a Alemanha nazista pode ser considerada uma vingança de Getúlio Vargas a Luis Carlos Prestes. Segundo a historiadora e filha do casal, o prestígio do pai, conhecido mundialmente como “Cavaleiro da Esperança” não permitia que governo brasileiro o punisse com torturas físicas. Desse modo, a extradição ilegal de sua mulher grávida seria maior tortura possível. Nesse sentido cabe destacar que, durante o governo Vargas, um lugar que evocasse a memória de Olga Benário, vítima de um crime de Estado, jamais preencheria nenhum dos requisitos elencados acima por Canclini, pelo contrário, tratava-se de uma casa simples, sem valor estético, localizada no subúrbio que evocava a memória de uma comunista e opositora do governo, portanto, não traria nenhuma possibilidade consenso.

Segundo Pandolfi (2003), após a o fracasso do levante comunista de 1935, o governo iniciou uma onda repressiva sem precedentes. Integrantes da ANL-Aliança Nacional Libertadora e comunistas foram detidos em todo o país, tendo o Estado papel protagonista em criar no imaginário nacional a imagem dos comunistas como inimigos da sociedade, caracterizando-os como uma ameaça que deveria ser combatida e eliminada a qualquer preço.

Os fatos não permitem mais duvidar do perigo que nos ameaça. Felizmente, a Nação sentiu esse perigo e reagiu com todas as suas reservas de energias sãs e construtoras. (...) A punição dos culpados e responsáveis pelos acontecimentos de novembro impõe-se como ato de estrita justiça e reparação, como exercício legítimo do direito de defesa da sociedade, em face da atividade criminosa e organicamente anti-social (sic) dos seus inimigos declarados e reconhecidos. Impõe-se, ainda mais, pelo dever, que o Estado tem, de salvaguardar a nacionalidade atacada e ameaçada pela decomposição bolchevista. O comunismo, encarado como força desintegradora e agente provocador de sérias perturbações, constitui, no Brasil, pela sua profunda e extensa infiltração, já comprovada, mas desconhecida ainda do público, perigo muito maior do que se possa supor. Pronunciamento de Getúlio Vargas sobre o levante comunista, realizado nas primeiras horas de 1936. (PANDOLFI, Dulce. 2004, p. 178)

No discurso de Getúlio Vargas, expressões como “punição dos culpados”, “inimigos declarados e reconhecidos”, “força desintegradora”, “perigo muito maior que possa supor”, ratificam o esforço do governo em definir os comunistas como inimigos da sociedade, lançando um pânico entorno do tema.

Segundo Motta (2000), o movimento caracterizado como “Intentona Comunista⁴” foi o maior responsável pela disseminação e consolidação do anticomunismo no Brasil, provocando a comoção e apoio da sociedade que amplificou seu discurso com o apoio da imprensa. Desse modo, o imaginário criado entorno da revolta comunista forneceu material propagandístico usado pelos anticomunistas no Brasil.

A forma como o episódio de 1935 foi explorado dificilmente encontra similar em outros países. A “Intentona” deu origem não somente à construção de um imaginário, mas ao estabelecimento de uma celebração anticomunista ritualizada e sistemática. Outrossim, contribuiu para solidificar o comprometimento da elite militar com a causa anticomunista, por via da exploração da sensibilidade corporativa do grupo. (MOTTA, 2000 p.18)

Após o levante de 1935, o discurso anticomunista ganhou muito mais força e crédito. O governo Vargas se empenhou em utilizar os principais meios de imprensa e propaganda, os quais possuía controle, para veicular o “perigo vermelho”. Desse modo, todas as ações do governo brasileiro, bem como todo o autoritarismo e abuso de poder como a extradição de uma mulher grávida de um brasileiro, aos sete meses de gestação, foram legitimadas pela ameaça comunista. Cabe ressaltar que a lei garantia a Olga, o direito de ter sua filha no país e esse direito lhe foi arbitrariamente negado em nome de uma defesa nacional. Pandolfi, ressalta que simbolicamente o levante de 1935 foi fulcral: “Em diversas fases da nossa história, a “ameaça comunista”, através do “lembrai-vos de 1935”, foi utilizada como um forte recurso de poder.” (PANDOLFI, 200 p.180).

Diante do exposto, a invisibilidade da última residência de Olga Benário está diretamente relacionada a participação do próprio governo na construção do “perigo vermelho”, não somente pelo Estado não atribuir valor e reconhecimento ao imóvel de uma “criminosa”, mas também pela própria sociedade à época não querer lembrar que o local serviu de abrigo para opositores de um suposto Estado tutor e protetor como era o prometido pelo governo Getúlio Vargas.

Nesse sentido, cabe ressaltar que não havia atribuição de valor, sentido simbólico ou histórico para tal espaço, pois o comunismo representava não apenas uma ameaça, mas uma carga negativa para a sociedade brasileira, portanto, deveria ser banido e esquecido.

Outro fator importante para compreensão do esquecimento do último esconderijo, bem como no silenciamento da memória de Olga Benário no pós-acontecimento, refere-

⁴ Nome estabelecido pelos meios oficiais com uma intenção depreciativa.

se a mudança nas diretrizes do governo Vargas com a entrada do Brasil na Segunda Guerra, ao lado dos Aliados. A partir desse movimento, estabeleceu-se uma contradição em manter uma ditadura no país.

Nesse quadro de redefinições, em 1945, o governo Vargas concedeu a anistia a Luis Carlos Prestes, depois de nove anos preso.

Paul Ricouer (2012), trata da anistia como uma forma institucional de esquecimento que apresenta uma linha tênue com a amnésia, caracterizando-a como esquecimento comandado.

Mas a anistia, enquanto esquecimento institucional, toca nas próprias raízes do político e, através deste, na relação mais profunda e mais dissimulada com um passado declarado proibido. A proximidade mais que fonética, e até mesmo semântica, entre anistia e amnésia aponta para a existência de um pacto secreto com a denegação de memória que, como veremos mais adiante, na verdade a afasta do perdão após ter proposto sua simulação. (RICOUER, 2012 p.460)

Peter Burke, ao abordar a organização social do esquecer, ressalta que a amnésia social se relaciona com a anistia “com o que se chamava de “atos de esquecimento”, a obliteração oficial de memórias em conflito no interesse da coesão social.” (BURKE, 2006, p.86)

Ao anistiar Prestes, Vargas também relegava ao esquecimento uma memória que culpabilizava o governo pela extradição ilegal de uma mulher grávida, e ainda sua participação neste assassinato, omitindo sua relação de admiração e parceria com o nazismo, rejeitado pelo mundo no período pós Segunda Guerra.

Segundo Ferreira (2011), o esquecimento pode ser a melhor alternativa para uma memória evocadora de culpas, seja no nível individual como no coletivo.

Nesse sentido, o governo Vargas iniciou uma política de esquecimento que foi corroborada pelos governos posteriores: mudança de numeração, anistia, nenhuma placa de identificação, nenhuma menção da prisão ocorrida no local, nada que envolva a memória de Olga na rua Honório. Todo esse processo induziu a sociedade ao esquecimento coletivo do fato ocorrido naquele local, ou seja, um esquecimento organizado (Burke, 2006). Ademais, o fato de Olga ter sido uma militante comunista ainda é usado para justificar todos os crimes dos quais foi vítima.

Outro ponto central, para a compreensão da invisibilidade do imóvel, refere-se o desinteresse da ação privada. Nesse sentido, destaco a localização do imóvel, no subúrbio do Rio de Janeiro.

Canclini, observa que a relação do patrimônio com a ação privada é orientada pelas “necessidades de acumulação econômica e reprodução da força de trabalho.” (CANCLINI, 1994 p.100). Para o autor, essa disposição provoca a ambiciosa expansão imobiliária, utilizando o patrimônio sob uma “ótica setorial e competitiva” (CANCLINI, 1994 p.100). Nesse sentido, cabe lembrar o surgimento do subúrbio, refletindo se seus significados nos anos 1930.

O subúrbio do Méier surgiu a partir da fundação da antiga Estrada de Ferro Dom Pedro II, atual Central do Brasil, criada pelo então Imperador D. Pedro II, essa também originou os bairros do Engenho de Dentro, Cascadura e Madureira. Segundo Maia e Chao (2016) a ferrovia contribuiu para o progresso e o retrocesso da cidade ao longo dos anos. “Através de seus trilhos surgiram conceitos de subúrbio e periferia, que foram moldando os espaços de sociabilidade, habitação, consumo e cultura.” (MAIA, CHAO, 2016 p.148). Segundo os autores, durante as reformas urbanísticas do prefeito Pereira Passos (1903) e a busca pelo “afrancesamento” foi necessário a retirada das pessoas que não atendiam os padrões exigidos pelas elites para ocupar os novos espaços públicos com estilo europeu, portanto negros, pessoas com pouca instrução e de baixo potencial econômico tinham um destino específico.

Para essas pessoas, foram criados os bairros denominados de subúrbio; sub-urbanos (sic), porque surgiram distante do centro econômico e cultural da urbe com o propósito de retirar a classe operária de baixa renda que ali vivia e que não era condizente (estética e financeiramente) com as reformas urbanas. (MAIA, CHAO, 2016 p.150)

Para Maia e Chao, o subúrbio nasceu distante do centro, a partir do que está à margem e parece passar despercebido, oculto, esquecido, muitas vezes, confundido com a noção de periferia. Desse modo, podemos compreender que as características do subúrbio, expostas pelas autoras, foram justamente o motivo para a escolha de Olga e Prestes de uma casa que servisse de esconderijo na região do Méier.

Com o passar dos anos, o subúrbio se reinventou “Territórios de consumo, cultura, arte, esportes, música e gastronomia permeiam o imaginário e as práticas do cotidiano.” (MAIA, CHAO, 2016 p.161), apesar disso, ainda ocupam lugar subalterno em relação a Zona Sul da cidade.

A rua Honório é um local predominantemente residencial e atravessa três sub bairros da região do Grande Méier: Todos os Santos, Cachambi e Del Castilho, com cerca de dois quilômetros. Próximo a casa onde Olga foi presa, existia uma concentração de lojas especializadas na venda de móveis, entretanto poucas permanecem abertas.

Nesse sentido, o local não é atrativo para circulação de capital para o turismo nem para a especulação imobiliária, permanecendo esquecido pelo setor privado.

No que tange a mobilização dos movimentos sociais, Canclini ressalta que é compreensível que as classes populares envolvidas com outras questões prioritárias relacionadas a necessidade de sobrevivência “se sintam pouco envolvidas na conservação de valores simbólicos, sobretudo se não são seus.” (CANCLINI, 1994 p.103)

Nesse sentido, ele retoma o pensamento de Carlos Monsiváis para ratificar que o patrimônio não fez parte dos programas partidários, nem da cultura política:

Durante décadas, a esquerda cometeu o grave de julgar, por exemplo, a luta pela preservação de monumentos coloniais como tarefa do guarda roupa evocativo da direita, talvez até algo plausível, mas de nenhum modo tarefa prioritária. Em sua preocupação de adequar-se ao sentido do devir, a esquerda “presenteou” o passado à direita, reservando-se apenas a [clausura] da interpretação correta e científica. (MONSIVÁIS,1983 p.3)

Segundo o autor, os partidários da esquerda, cederam espaço para que o campo do patrimônio fosse um lugar de representatividade de pessoas alinhadas com o governo, especialmente de partidos da direita.

Nesse sentido, realizei um levantamento cujo objetivo era verificar a representatividade na patrimonialização de casas históricas de pessoas não alinhadas com o governo, ou seja, que evocam memórias sensíveis. Em pesquisa sobre as casas patrimonializadas no Estado do Rio de Janeiro, relacionadas a personagens de reconhecimento histórico e/ou artístico no IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (RJ) e IRPH- Instituto Rio Patrimônio da Humanidade – Órgão da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, responsável pela preservação de bens culturais, não encontrei nenhum tombamento de imóvel no Rio de Janeiro de algum representante da esquerda, cabe ressaltar que a maioria são homens e representantes da elite.

Nesse sentido, Ribeiro (2012), em seu trabalho acerca o tombamento de casas históricas destaca que o trabalho de atribuição de valor do ponto de vista histórico não foi

uma prioridade institucional durante as suas práticas iniciais do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Segundo o autor o órgão possuía a valorização artística como uma prioridade institucional.

Eis aí uma das razões por que foi sempre tão diminuta a importância dada pela Casa ao tombamento das casas históricas. Nunca houve, de fato, um interesse maior em se acautelar esse tipo de edificação. A maior parte dos tombamentos nessa rubrica derivou ou de um interesse artístico que o imóvel apresentasse ou, de outro lado, de solicitação de membros da sociedade. E a Casa atendia. Mas não havia no Iphan uma política que justificasse a iniciativa de seleção de um conjunto de bens relativos aos personagens representativos da História pátria, apesar dos termos da lei. (RIBEIRO, 2012 p.233)

- Casas tombadas pelo IPHAN:

Casa da Marquesa de Santos – Rio de Janeiro (RJ), Casa de José Bonifácio - Rio de Janeiro (RJ), Casa Natal do Barão de Rio Branco - Rio de Janeiro (RJ), Casa de Rui Barbosa - Rio de Janeiro (RJ), Casa do General Osório - Rio de Janeiro (RJ), Casa do Padre Correia - Petrópolis (RJ), Casa de Santos Dumont - Petrópolis (RJ), Casa de Casa do Visconde de Itaboraí – Itaboraí (RJ), Museu Antônio Parreiras – Niterói (RJ), Casa que pertenceu a Carlos Oswald – Petrópolis (RJ), Casa de Benjamin Constant - Rio de Janeiro (RJ), Casa do Marechal Deodoro da Fonseca -Rio de Janeiro (RJ), Casa onde residiu o arquiteto Grandjean de Montigny - Rio de Janeiro (RJ), Solar de Dom João VI- Rio de Janeiro (RJ)

- Casas tombadas pelo INEPAC:

Casa do Barão de Oliveira Castro- Petrópolis (RJ), Casa do Visconde de Ubá – Petrópolis (RJ), Casa do Barão de Rio Branco- Petrópolis (RJ), Casa onde nasceu Raul Pompéia – Angra dos Reis (RJ), Casa de Portinari –Rio de Janeiro (RJ).

- Casas tombadas pelo IRPH/PCRJ:

Casa onde residiu o escritor Machado de Assis⁵- Rio de Janeiro (RJ), Casa onde morou Dona Zica- Rio de Janeiro (RJ), Casa do Jurista Sobral Pinto- Rio de Janeiro (RJ), Casa de Lineu Paula Machado – Rio de Janeiro (RJ), Casa de Cecília Meirelles – Rio de Janeiro (RJ).

⁵ Trata-se de três imóveis: Rua dos Andradas n° 147, antigo n° 119, residência de Machado de Assis entre 1869 e 1871; Rua da Lapa n° 242; antigo n° 96, residência de Machado de Assis entre 1874 e 1875. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/irph/bens-tombados>> Acesso em 13 de maio de 2019.

Cabe ressaltar que a maioria dos imóveis são de homens, brancos e representantes da elite que tiveram o pensamento alinhado com o governo, sendo as casas históricas localizadas na região central e sul da cidade. No entanto, dois tombamentos merecem atenção: O primeiro, refere-se a casa do jurista Sobral Pinto, defensor dos direitos humanos e oprimidos pelas ditaduras. Sobral foi advogado de Luis Carlos Prestes e libertou Anita Leocádia, filha do casal, das mãos do nazismo. O imóvel, localizado em Laranjeiras, zona sul da cidade do Rio de Janeiro, foi tombado a pedido da AMAL (Associação de Moradores e Amigos de Laranjeiras). Cabe destacar que o decreto de tombamento levou em consideração, não apenas o valor histórico do imóvel, mas ratificou o estilo neoclássico da construção⁶. O outro caso trata-se do tombamento da residência da Dona Zica: sambista da escola de samba Estação Primeira de Mangueira, mulher, negra, esposa do compositor Cartola. Após sua morte, a casa onde Dona Zica morou, localizada no morro da Mangueira, subúrbio do Rio de Janeiro, foi tombada pela prefeitura, sendo o espaço reconhecido pelo seu valor para a história do samba, carnaval e cultura carioca⁷.

Após esse breve levantamento das casas históricas no Rio de Janeiro, o silenciamento das memórias sensíveis e das mulheres no campo do patrimônio, fica ainda mais evidente. Apesar de não ser o ponto central desse estudo, não sendo possível no presente trabalho um aprofundamento sobre o tema, cabe ratificar que a questão de gênero também deve ser compreendida com um fator de invisibilidade no caso do último esconderijo de Olga Benário.

Joan Scott (1989) apresenta o conceito de gênero como uma categoria analítica de percepção de mundo. No texto “Gênero: Uma Categoria Útil Para a Análise Histórica”, Scott conceitua gênero como um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas

⁶ Ver mais em: RIO DE JANEIRO. DECRETO 18.997 – Rio de Janeiro, DO de 5 de outubro de 2000. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4722991/4121978/168DECRETO18997CasaSobralPinto.pdf> Acesso em: 10 de maio de 2019.

⁷ Ver mais em: RIO DE JANEIRO. DECRETO Nº 22.607 – Rio de Janeiro, DO de 23 de janeiro de 2003. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4722991/4122024/200DECRETO22607CasaDonaZica.pdf> Acesso em 10 de maio de 2019.

diferenças percebidas entre os sexos e ainda como a primeira forma de dar significado as relações de poder.

A memória de Olga foi construída como uma sombra de Luis Carlos Prestes, como coadjuvante de um fato histórico que traçou caminhos importante na história política brasileira, demonstrando a invisibilidade do papel das mulheres como sujeitos históricos. “Raramente a historiografia atribuiu a mulher um lugar de liderança ou uma postura de rebeldia frente às normas instituídas”. (CARNEIRO, 2009 p.2). Segundo Carneiro, Olga teve o privilégio de sair do anonimato por três fatores: ter sido “mulher de Prestes”, por ter sido entregue a Gestapo e morrer num campo de concentração e ter inspirado livros e filmes, entretanto tal fato não foi suficiente para o reconhecimento de sua casa, último esconderijo, num lugar de memória.

Nesse sentido, cabe ressaltar que o papel subalterno de Olga e de outras mulheres, militantes políticas, não partiu apenas do Estado opressor. Iracélli Alves, em sua pesquisa – “O não lugar das mulheres na memória e na história do PCB” (2017), trata do esquecimento e silêncio das mulheres que participaram ativamente do partido e tiveram suas memórias negligenciadas nas narrativas históricas, evidenciando um intenso movimento de mulheres no partido, cujas memórias foram silenciadas, pois incluíam o debate sobre a independência feminina. A autora ressalta que em 1975, o próprio partido lançou um documento de autocrítica, reconhecendo sua negligência sobre a militância feminina⁸.

Considerações Finais

O presente trabalho apresentou o recorte de uma pesquisa mais ampla, cujo aprofundamento venho desenvolvendo na minha dissertação de mestrado. Através da interpretação do esquecimento do último esconderijo de Olga Benário, proponho a reflexão sobre a dificuldade da construção de alguns lugares de memória que evocam memórias sensíveis.

Compreendemos que os bens patrimoniais geralmente enraízam-se no presente olhando para o passado, buscando elementos que merecem ser preservados para as

⁸ Ver mais em: ALVES, Iracélli. O “não lugar” das mulheres na Memória e na História do PCB. Brasília. XXIX Simpósio Nacional de História. Contra os Preconceitos: História e Democracia, 2017. v. 1. p. 471-471

gerações futuras por diferentes motivações: valor de exemplo, importância histórica para aquela sociedade, dever de memória, mercado turístico e imobiliário ou até mesmo com estratégia política, vinculando estes espaços patrimonializados a um saber, uma sensibilidade social ou como uma forma de reparação. A esses espaços é atribuído um valor simbólico compreendido como referência de pertencimento a grupos de identidade. (Chuva, 2012). Desse modo, a seleção daquilo é digno, ou não, de preservação, compreende uma decisão política e ideológica que envolve uma seleção que muitas vezes não leva em conta a história de grupos subalternos, memórias sensíveis e subterrâneas.

Referências:

- ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- ALVES, I. C. O “não lugar” das mulheres na Memória e na História do PCB. In: XXIX SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. CONTRA OS PRECONCEITOS: HISTÓRIA E DEMOCRACIA, 2017, Brasília. Anais do XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia, Brasília, 2017. p. 1-15.
- ASSIS, L. Retratos biográficos de Olga Benário: uma vida escrita. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais. p 1-128, 2011.
- BOSI, Ecléa. O Tempo Vivo da Memória: Ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BURKE, Peter. História como memória social. In: Variedades de história cultural. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- _____, Centenários e milênios. IN: BURKE, Peter. O historiador como colunista. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2009.
- BONZOMET, L.C. Lembranças e Esquecimentos na Era da Sedução pela Memória. 2018. 74 fl. Monografia (Graduação em História). UNIRIO, Rio de Janeiro. 2018.
- CANCLINI, Nestor Garcia. O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginária do Nacional. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. IPHAN, Distrito Federal, n.23, p. 94 -115, 1994.
- CARNEIRO, M. L. T. Guerreiras Anônimas. Por uma história da mulher judia. Disponível em: https://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo_guerreiras_anonimas.pdf Acesso em 24 de junho de 2018.
- CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos (Orgs.). Patrimônio Cultural Políticas e Perspectivas de Preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2012.
- FARIAS, Francisco Ramos, PINHO, Leandro Garcia (Orgs.). Educação Memória História. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

- FERNANDES, J. R.O. O direito à memória: análise dos princípios constitucionais da política de patrimônio cultural no Brasil (1988-2010). In: Trabalho apresentado no II Seminário Internacional de Políticas Culturais (MINC) - Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, 2011.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína (orgs.). Apresentação. Usos & abusos da História Oral. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006
- FERREIRA, M. L. M. Políticas da memória e políticas do esquecimento. Aurora PUC/SP, v. 10, p. 102-118, 2011.
- HEYMANN, L. O "devoir de mémoire" na França contemporânea: entre a memória, história, legislação e direitos. CPDOC, Rio de Janeiro, p. 1-26, 2006.
- HUYSSSEN, Andreas. Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.
- INEPAC- Instituto Estadual do Patrimônio Cultural Disponível em: <http://www.inepac.rj.gov.br/>. Acesso em 12 de maio de 2019.
- IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>. Acesso em 12 de maio de 2019.
- IRPH- Instituto Rio Patrimônio da Humanidade. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/irph> Acesso em: 12 de maio de 2019.
- MAIA, J.L.A. ; CHAO, A. . Subúrbio carioca: conceitos, transformações e fluxos comunicacionais da cidade. Conexão: Comunicação e Cultura, v. 15, p. 147-165, 2016.
- MORAIS, Fernando. Olga. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- MOTTA, R. P. S. . Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva/Fapesp, 2002
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo, (10), p. 7 -28, 1993.
- PANDOLFI, D. C. A Aliança Nacional Libertadora e a Revolta Comunista de 1935. In: Raul Mendes Silva; Paulo Brandi Cachapuz; Sérgio Lamarão. (Org.). Getúlio Vargas e seu tempo. Rio de Janeiro: BNDES, 2004, p. 175-182.
- PRESTES, Anita. Campanha Prestes para Libertação dos Presos Políticos no Brasil: uma emocionante história de solidariedade internacional. São Paulo: Expressão popular, 2015.
- _____, Anita Leocádia. Olga Benário Prestes: Uma comunista nos arquivos da Gestapo. São Paulo: Boitempo, 2017.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos históricos. Rio de Janeiro, vol. 2. n. 1, p. 3-15, 1989.
- _____, Michael. Memória e identidade social. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, jul. 1992.
- REIS, J. C. O Tempo Histórico como “representação intelectual”. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. IPHAN, Distrito Federal, n.34, p. 45 -65, 2012.
- RIBEIRO, Marcus. Entre o ser e o coletivo: o tombamento das casas históricas. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, n. 34, p. 223-247, 2012.
- RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas, SP: Editora Unicamp. 2007.
- RIO DE JANEIRO. DECRETO 18.997 – Rio de Janeiro, DO de 5 de outubro de 2000. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4722991/4121978/168DECRETO18997CasaSobralPinto.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2019

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

_____. DECRETO Nº 22.607 – Rio de Janeiro, DO de 23 de janeiro de 2003. Disponível em:

<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4722991/4122024/200DECRETO22607CasaDoNaZica.pdf>. Acesso em 10 de maio de 2019.

SARLO, Beatriz. Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva. Trad, Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia da Letras; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Revista Educação e Realidade. v.1, n.2, p. 71-99. 1995.